

**A LÍNGUA:
ELO E TALHO ENTRE A FILOLOGIA E LINGUÍSTICA**

Miguel Afonso Linhares (IFRN)
miguel.linhares@ifrn.edu.br

RESUMO

Desde o desenvolvimento da *παιδεία* até o aprimoramento do método histórico-comparativo do século XVIII para o XIX, sobressaíram duas espécies de estudos da linguagem no Ocidente: a gramática e a filologia. No começo do século XX, Ferdinand de Saussure deu primazia ao estudo da língua como estrutura abstrata, um corte epistemológico do qual surgiu a linguística moderna. Com efeito, Dubois *et alii* (2006, p. 394), em um dicionário consultado por várias gerações de pesquisadores, conclui o verbete *linguística* dizendo que a linguística, após um período de fundação caracterizado por uma limitação estreita e rigorosa do objeto *língua* e um recuo para aquém de fronteiras precisas, anexou a fala, o discurso, as relações da língua com o indivíduo e com o mundo. Assim, seguindo Bassetto (2005), Cambraia (2005) e Neves (2005), traço nesse artigo um percurso pela formação dos estudos da linguagem no Ocidente até os olhares de filólogos lusófonos (VASCONCELLOS, 1966; VASCONCELOS, 1976; MELO, 1981; COUTINHO, 1976; SILVA, 2008; XIMENES, 2012), mostrando como a filologia e a linguística vieram constituindo-se, relacionando-se e distinguindo-se, e como o objeto *língua* pode, ao fim e ao cabo, ser mais um critério para compreender o binômio filologia-linguística.

Palavras-chave: Língua. Filologia. Linguística.

1. Introdução

Desde o desenvolvimento da *παιδεία* até o aprimoramento do método histórico-comparativo do século XVIII para o XIX, sobressaíram duas espécies de estudos da linguagem no Ocidente: o estudo da estrutura e do funcionamento da língua e a interpretação e o juízo das obras clássicas. O primeiro consolidou-se com o nome de *gramática* e o segundo, com o de *filologia*. O dito método histórico-comparativo nada mais é que uma conjunção dessas duas espécies de estudos, com o fim de compor a história de uma língua ou de uma “família” de línguas. No começo do século XX, Ferdinand de Saussure deu primazia ao estudo da língua como estrutura abstrata, um corte epistemológico do qual surgiu a linguística moderna. Esse corte epistemológico foi, sem dúvida, decisivo para o reconhecimento da linguística como uma ciência por si e para a sua institucionalização na academia.

Dubois *et alii* (2006, p. 394), em um dicionário consultado por vá-

rias gerações de pesquisadores, conclui o verbete *linguística* dizendo que a linguística, após um período de fundação caracterizado por uma limitação estreita e rigorosa do objeto *língua* e um recuo para aquém de fronteiras precisas, anexou a fala, o discurso, as relações da língua com o indivíduo e com o mundo. Com efeito, desde o capítulo terceiro da obra “póstuma” de Saussure (2006) até os trabalhos recentes mais “heterodoxos”, tem sido uma preocupação constante na linguística definir o que é a língua, de tal modo que as diferentes correntes dos estudos linguísticos distinguem-se fundamentalmente por estarem assentadas sobre diferentes perspectivas do que seja a língua.

Assim, seguindo Bassetto (2005), Cambraia (2005) e Neves (2005), traço neste artigo um percurso pela formação dos estudos da linguagem no Ocidente até os olhares de filólogos lusófonos (VASCONCELOS, 1966; VASCONCELOS, 1976; MELO, 1981; COUTINHO, 1976; MATTOS E SILVA, 2008; XIMENES, 2012), mostrando como a filologia e a linguística vieram constituindo-se, relacionando-se e distinguindo-se, e como o objeto *língua* pode, ao fim e ao cabo, ser mais um critério para compreender o binômio filologia-linguística.

2. Um saber antigo

No Ocidente, quando se buscam as origens dos estudos da linguagem, independentemente das suas ramificações antigas ou recentes, chega-se à Grécia clássica (Cf. WEEDWOOD, 2002, p. 21-23). Como esclarece Neves (2005, p. 19-34), a suscitação de questões sobre a linguagem entre os gregos antigos foi motivada pelas próprias relações de poder na sua sociedade. Ora, o período da Grécia antiga reconhecido como clássico é aquele em que amadureceu o governo na forma da cidade-estado: a *πόλις*. Nas cidades onde os cidadãos tomavam parte do governo, cujo exemplo mais cabal é a democracia ateniense, o cidadão não fazia sobrepor o seu parecer pela força bruta, mas sim pela força da palavra.

Foi, pois, uma necessidade social diretamente ligada ao uso da linguagem que fez brotar o estudo desta entre os gregos antigos, o que esclarece mais dados relevantes para este trabalho: por que esse estudo “linguístico” se deu inicialmente dentro de disciplinas cujos objetos não eram propriamente a linguagem, a retórica e a poética, resultados diretos dessa necessidade social à qual aludi, e que se pode resumir como a necessidade de formar homens capazes de exercer bem a cidadania, e a lógica, resultado indireto, já que resulta da busca filosófica da verdade.

Não obstante, na geração depois de Aristóteles, instaurou-se uma conjuntura nova que veio motivar os estudos da linguagem a começarem a trilhar uma rota própria e independente das disciplinas mencionadas acima (novamente o social condicionando a evolução da *ἐπιστήμη*). Trata-se da mudança política em que a cidade-estado deu lugar ao vasto império de Alexandre, o Grande, e, depois dele, aos grandes reinos chamados helenísticos, mudança essa que acarretou outra no campo sociolinguístico: o grego se tornou a língua franca de todo o oriente do mar Mediterrâneo. Não só passou a ser falado por gentes que até então os gregos julgavam bárbaras, mas também foi tornando-se sensivelmente diferente do grego em que estava escrita a literatura clássica, e, ainda mais, daquele em que tinham sido compostas a *Ilíada* e a *Odisseia*, de Homero, epopeias fundadoras cuja leitura era indispensável para o conhecimento da formação do homem grego.

Foi precisamente em um ambiente de cultura grega fora da Grécia que surgiu a necessidade de preservar o *ἑλληνισμός*, ou seja, a expressão helênica autêntica. Para tanto, o faraó Ptolomeu I, antes general de Alexandre, o Grande, mandou erguer um edifício em Alexandria, o qual dedicou às musas, daí ser chamado *Μουσείον*, que encerrava uma biblioteca. Aí passaram a acorrer, então, sábios de todo o mundo helênico, que se debruçavam sobre as obras dos clássicos, nomeadamente sobre as duas obras máximas de Homero, procurando discernir entre as inúmeras variações (alterações, omissões, adições) que os testemunhos sofreram ao longo da transmissão plurissecular do texto qual devia ser a mais genuína, por aproximar-se mais provavelmente da composição original. Portanto, eram estudiosos que faziam uma *κρίσις*, isto é, um juízo do que era castiço e do que era espúrio, por isso eram *κριτικοί*, ou seja, “críticos”.

Todavia, o trabalho desses estudiosos não se detinha aí. Tinha, ainda, uma dimensão pedagógica. Eram mestres que, a partir da explicação (*ἐξήγησις*) da obra literária, davam lições de língua, história, geografia, religião, ética etc. No exercício dessa função, eram conhecidos como *γραμματικοί*, ou seja, “gramáticos”. (Cf. ROBINS, 1979, p. 12-13; CAMBRAIA, 2005, p. 38-43; NEVES, 2005, p. 106-123)

Esse movimento de preservação do helenismo desenvolveu-se não só em decorrência da dispersão dos textos clássicos, mas também por conta da própria mudança que sofrera a língua grega desde os momentos em que esses textos foram produzidos. As normas literárias baseadas nos dialetos gregos vernáculos (jônico, eólico, dórico e ático) deram lugar a uma língua franca, a *κοινή διάλεκτος*, ou “linguajar comum”, o que tor-

nava o labor pedagógico mais difícil do que nos tempos de Platão ou Aristóteles, pois como o aprendiz poderia ter sucesso se a aprendizagem dependia de textos que ele não compreendia facilmente? O gramático helenístico precisava de meios novos para afrontar desafios novos.

Entende-se, pois, por que a primeira obra sobre a linguagem fora dos quadros das disciplinas que se estudavam então se parece muito com um exemplar do gênero que hoje tem o nome de cartilha. Trata-se da *Arte Gramática*, de Dionísio Trácio, que não passa de um compêndio sobre a fonologia e a morfologia da língua grega. (Cf. ROBINS, 1979, p. 10-12, 19-26; NEVES, 2005, p. 125-130)

E quanto ao filólogo? Enquanto a palavra *γραμματικός* tem uma referência muito específica, que é a *γράμμα*, a “letra”, a qual remete ao ensino-aprendizagem da leitura e da escrita, a palavra *φιλόλογος* tem uma abrangência não cerrada: a primeira raiz, *φιλ-*, é a mesma de *φίλος*, que é o amigo, portanto exprime amizade, amor, afeição; a segunda, *λογ-*, é a mesma de *λόγος*, que é originariamente a palavra, depois também enunciado, discurso, lei, razão. Portanto, o filólogo é o amigo da palavra, o amante do saber. (Cf. BASSETTO, 2005, p. 17)

Efetivamente, com esse sentido, quer de maneira mais latente, quer de maneira mais manifesta, a palavra *φιλόλογος*, bem como a forma latinizada *philologus*, está atestada por toda a Antiguidade desde o século V a.C. Assim, no *Laques*, Platão dá o testemunho seguinte: “Minha posição, ó Níquia, é simples em relação às palavras. Ou se quiseres, não simples, mas dupla. Pois tenho a impressão de amar as palavras e também de odiá-las” (*apud* BASSETTO, 2005, p. 18). Na redação original, está dito *τῷ φιλόλογος εἶναι* pelo traduzido como “amar as palavras”.

Em língua latina, Cícero testemunha o mesmo sentido em *A Ático*: “Portanto, transfiramos para Varrão aquela Acadêmica, na qual aqueles homens, nobres sem dúvida, mas, de forma alguma filólogos, falam de modo por demais contundente” (*apud* BASSETTO, 2005, p. 20). Sem dúvida, o mesmo sentido de alguém que possuía erudição, mas com um matiz diferente: a maneira de se expressar do filólogo também o distinguia.

Já na era cristã, Plutarco nas *Vidas Paralelas*, especificamente no *Catão Maior*, fez outro uso da palavra *φιλόλογος* em sentido semelhante: “Então, os mais *filólogos* dos jovens se aproximaram logo e cercaram os homens, ouvindo-os com atenção e admirando-os” (*apud* BASSETTO, 2005, p. 22). Esses homens eram Diógenes o Estoico, Carnéades o Aca-

dêmico e Critolau o Peripatético, que tinham ido a Roma em missão diplomática. Seguramente, os jovens que foram ouvi-los não eram eruditos, mas assumiram uma postura de busca do saber.

Ao mesmo tempo, os testemunhos dão conta de especializações. Assim, o historiador romano Suetônio, falando de Lúcio Ateio Pretextato em *Dos Gramáticos e Rétores*, esclarece:

Parece ter tomado a denominação de filólogo porque, como Eratóstenes, que por primeiro reivindicou para si próprio esse cognome, era considerado por seu múltiplo e variado conhecimento. Isso se depreende claramente de seus comentários, embora restem pouquíssimos; a respeito do volume deles uma outra carta ao mesmo Herma acentua: “Lembra-te de recomendar a nossa Floresta, na qual reunimos, como sabes, oitocentos livros de todos os gêneros!”. (Apud BASSETTO, 2005, p. 20-21)

Eratóstenes de Cirene foi bibliotecário de Alexandria. Embora a maior parte da sua obra remanescente verse sobre geografia, os seus próprios contemporâneos chamaram-lhe *Βῆτα*, a segunda letra do alfabeto, por considerarem que ele estava muito perto do máximo (o alfa). Isso é sugestão bastante para crer que a extensão do seu saber era efetivamente descomunal, e por isso mesmo tomou o nome de filólogo para si.

Outro romano, Sêneca, em uma das suas cartas, detalha essa especificação da palavra *filólogo* confrontando o fazer do filólogo e os do filósofo e do gramático:

Quando pega o livro de Cícero *De Republica* um certo filólogo aqui, um tal gramático ali, acolá alguém dado à filosofia, cada um revela ao outro sua preocupação. O filósofo se admira de que se tivesse podido afirmar tantas coisas contra a justiça. Quando o filólogo chega a esse mesmo ponto observa o seguinte: há dois reis romanos, um dos quais não tem pai e o outro não tem mãe. Pois pairam dúvidas sobre a mãe de Servus; não se conhece o pai de Ancius, sendo apenas considerado neto de Numa. Nota ainda que aquele a quem chamamos ditador e lemos que assim era denominado nas histórias, entre os antigos era designado por mestre do povo. Ainda hoje consta nos livros de augúrios e há prova de que, quem era designado por aquela expressão, de fato era o mestre da cavalaria. Observa ainda que Rômulo morreu durante um eclipse do sol; que houve provocação contra o povo da parte também dos reis: assim está nos (livros) pontificais e há alguns peritos que pensam assim, como Fenestella. Quando o gramático abre os mesmos livros, primeiramente comenta que as palavras *expse-reapse* foram ditas por Cícero, isto é, “pela própria coisa”, ainda mais *sepse*, isto é, “ele mesmo”. Passa depois para aquilo que o uso secular mudou, como diz Cícero: “Pois fomos chamados de volta do fim da carreira por seu grito”. Aquilo que agora, no circo, chamamos *cretam* (“cal”, “giz”) os antigos diziam *calcem*. Em seguida, reúne versos de Ênio, em primeiro lugar aqueles referentes ao Africano [...]. Afirma que Ênio tirou isso de Homero e Virgílio, de Ênio. (Apud BASSETTO, 2005, p. 21-22)

Talvez este seja o testemunho mais claro de um sentido mais específico do termo *filólogo* na Antiguidade. Entende-se bem que o gramático se dedicava a objetos que hoje seriam tidos indubitavelmente como objetos de estudos linguístico-literários, enquanto os objetos que atraíam a atenção do filólogo não são, curiosamente, reduzíveis a uma disciplina só, antiga ou moderna, mas integram um conhecimento que lhe permitia esmiuçar o conteúdo do texto.

Com efeito, à medida que se foram jungindo mais tarefas ao trabalho do gramático, este foi configurando cada vez mais o segundo nível da educação greco-romana. A função primeva de ensinar a ler e escrever ficou a cargo do *γραμματίστης*, enquanto a completação da formação, como que um terceiro grau, era ministrada pelo *ρήτωρ*, o professor de retórica. Em Roma, ao primeiro dava-se o nome de *litterator*, mas a palavra *ρήτωρ* foi apenas adaptada ao latim (*rhedor*). Igualmente, o *γραμματικός* foi primitivamente chamado *litteratus*, mas acabou prevalecendo a adaptação *grammaticus*. (Cf. BASSETTO, 2005, p. 25-26)

A citação anterior apresenta uma distinção entre o filólogo e o gramático, mas como tenho dito desde que comecei a tratar do filólogo greco-romano, o seu saber tinha um alcance aberto, que podia inclusive estender-se sobre o domínio do gramático, como o atesta Porfírio em *Sobre a Vida de Plotino*, em que diz que essa personagem não julgava que Cássio Longino fosse filósofo: “Tendo-se lido para ele *Sobre os Princípios e O Amante de Antiguidades*, de Longinus, diz ele: ‘Longinus é filólogo, mas filósofo de modo algum’” (*apud* BASSETTO, 2005, p. 27). Por que Longino era filólogo, mas não filósofo? Porque, segundo Proclo em *Comentários a Timeu*, ele, discorrendo sobre Platão, não se dedicava a refletir sobre o pensamento desse filósofo, mas se detinha em estudar a sua expressão. Mas, se é este o caso, por que, então, Longino não foi considerado um gramático? Eunápio em *As Vidas dos Sofistas* qualifica Longino de “biblioteca viva e museu ambulante”, do que se conclui que ele era um filólogo com a mesma justiça com a qual o eram Eratóstenes e Ateio Pretextato. (BASSETTO, 2005, p. 27)

3. Uma ciência moderna

À medida que as mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que levaram o Império Romano ao seu fim no Ocidente foram se consolidando, foi perdendo o sentido chamar filólogo a alguém. As escolas, depositárias da cultura “pagã”, desapareceram ao longo do século VI

porque as municipalidades não podiam pagar os mestres. O próprio conhecimento da língua grega, tão prezado antes pelos romanos, raramente. A Igreja tornou-se, então, guardiã da cultura: fundaram-se escolas junto às igrejas e aos mosteiros, onde não se lia a *Eneida*, de Virgílio, mas a *Bíblia*. O homem douto medieval – em regra um clérigo – não era aquele que sobressaía pelo seu múltiplo e variado saber, mas sim pelo seu conhecimento aprofundado da doutrina cristã. (Cf. ROBINS, 1979, p. 52-56; BASSETTO, 2005, p. 28)

Entende-se, daí, que foram precisamente as mudanças econômicas, sociais, políticas e ideológicas que conduziram o Ocidente europeu da Idade Média à Idade Moderna que puseram as condições favoráveis ao recobrimento do termo *filólogo*. Com efeito, desde a queda de Constantinopla em 1453 e o conseqüente fim do Império Romano no Oriente, de língua oficial grega, o conhecimento dessa língua foi crescendo no Ocidente em virtude de eruditos bizantinos se terem refugiado na Itália, levando para aí textos de autores helênicos antigos. Isso ocorreu em um quadro mais geral de revalorização da Antiguidade, sem a jaça pagã, em que se começou a cultivar o conceito ciceroniano de *Humanitas*, isto é, os *Studia Humanitatis*, que tornam o homem mais humano. Mais ou menos ao mesmo tempo, Johannes Gutenberg inventou e desenvolveu a imprensa, que permitiu a difusão dos textos em um tempo muito menor que o que se levava copiando-os à mão. (Cf. ROBINS, 1979, p. 74-75, 85-87)

Contudo, os *humanistae* não eram como Eratóstenes, Ateio Pretaxato ou Longino. Os filólogos humanistas faziam algo muito parecido a parte do trabalho do gramático greco-romano: a *κρίσις*, ou seja, o juízo do que é genuíno e do que é espúrio nos testemunhos de certo texto devido aos acidentes na sua transmissão (alterações, omissões, adições), e a *ἐξήγησις*, ou seja, a interpretação, explicação, comentário sobre o conteúdo do texto. Por que, então, não se nomearam gramáticos? Porque o ofício do gramático não cessou em tempo algum, mas desde fins da Antiguidade veio se reduzindo precisamente àquilo que se entende hoje por gramática normativa: o estudo da norma-padrão da língua. Por outro lado, tanto a *κρίσις* como *ἐξήγησις* demandam um conhecimento vasto ao menos do autor e da obra, de modo que, se o filólogo humanista não era uma “biblioteca viva” ou um “museu ambulante”, não deixava de ser um erudito, como o filólogo antigo. (Cf. VASCONCELOS, 1976, p. 139-142)

Segundo Cambraia (2005, p. 43-51), houve cinco gerações de filólogos no humanismo italiano. Todos eles colecionaram manuscritos de

textos antigos, compararam-nos e corrigiram o que julgavam ser falha de transmissão. O seu trabalho pioneiro abriu a senda para que, no século XVI, já difusa a imprensa, o filólogo não só procurasse restituir os textos à forma genuína, mas também os editasse.

Ao amiar-se cada vez mais o fazer filológico, foi-se precisando, à mesma proporção, o método para desenvolver a *κρίσις*, à qual cumpre chamar, agora, crítica textual. Foram necessários quatro séculos de prática filológica para que se alcançasse uma síntese metodológica coerente, a qual se deve a Karl Lachmann, daí conhecida como método lachmanniano, que até hoje tem vigência. A sua contribuição mais relevante foi aliviar o peso do juízo do filólogo perante as variantes entre os testemunhos, valendo-se de um conjunto de regras para se aproximar mais ponderadamente ao original. (Cf. CAMBRAIA, 2005, p. 51-54)

Por outro lado, o fim do século XVIII e o começo do XIX também foi o tempo em que apareceu mais um sentido novo no emprego do termo *filólogo*. Em 1786, na região de Bengala, sob o poderio da Companhia Britânica das Índias Orientais, o juiz William Jones ministrou uma conferência perante a Asiatic Society, que fundara dois anos antes em Calcutá, a qual continha uma observação seguinte:

A língua sânscrita, sem levar em conta a sua antiguidade, possui uma estrutura maravilhosa: é mais perfeita que o grego, mais rica que o latim e mais extraordinariamente refinada do que ambos. Mantém, todavia, com estas línguas tão grande afinidade, tanto nas raízes verbais como nas formas gramaticais, que não é possível tratar-se de produto do acaso. É tão forte essa afinidade que qualquer filólogo que examine o sânscrito, o grego e o latim não pode deixar de acreditar que os três provieram de uma fonte comum, a qual talvez já não exista. Razão idêntica, embora menos evidente, há para supor que tanto o gótico como o celta tiveram a mesma origem que o sânscrito. (*Apud* ROBINS, 1979, p. 107)

Se o filólogo fosse apenas um erudito que corrigia, comentava e editava obras gregas e latinas e a Bíblia, não se entende por que lhe interessaria conhecer a gramática do sânscrito. Interessava-lhe porque o filólogo a que se refere Jones era um pesquisador que procurava descobrir a história de uma língua ou de línguas que aparentemente ou consabidamente têm a mesma origem. Ao mesmo tempo, a filologia como estudo de textos escritos, visando à edição, continuou presente na atividade desse filólogo que estudava a história de uma língua ou de uma “família” de línguas, pois como é possível contar essa história sem os sucessivos testemunhos que são os textos? O filólogo-historiador pode até não fazer o trabalho do filólogo-editor, mas irremediavelmente depende deste.

Assim, à medida que o século XIX avançava, o campo dos estudos da linguagem ia cada vez mais sendo compartilhado por uma ciência nova: a linguística. Por isto, a partir deste ponto, voltarei a argumentação à relação entre a filologia e a linguística segundo as visões, primeiro, de filólogos portugueses, e depois, de filólogos brasileiros.

Começemos, pois, pelo chamado Pai da Filologia Portuguesa: José Leite de Vasconcellos. O primeiro capítulo das suas *Lições de Filologia Portuguesa* (1966, p. 3-9), intitulado *Noções Preliminares*, é dedicado a discernir cada disciplina que formava os estudos da linguagem à época. Cumpre enfatizar o que esse filólogo entendia por linguística, à qual preferia chamar glotologia:

A par de glotologia, os especialistas dizem história de uma língua. Por exemplo, Littré escreveu uma *Histoire de la Langue Française*, à qual pôs por subtítulo: *Études sur les Origines, l'Étymologie, la Grammaire, les Dialectes, la Versification et les Lettres au Moyen Âge*. A história de uma língua trata efetivamente de tudo isso: do mesmo modo que a glotologia, ela considera a língua nas suas fontes, e observa-a em toda a sua vida, no tempo e no espaço, dando também notícia dos monumentos literários, e dos trabalhos escritos a respeito dela; o remate natural é o vocabulário etimológico. A diferença, se alguma se quer achar, entre glotologia e história de uma língua, não é pois grande. Ordinariamente emprega-se *glotologia*, falando-se da ciência em geral, e *história* falando-se de uma língua em especial: glotologia de uma língua e a história dessa língua. (VASCONCELLOS, 1966, p. 7)

Longe da multiplicidade de enfoques que apresenta hoje, para Vasconcellos, a linguística era simplesmente o estudo histórico de uma língua, abarcando mesmo a gramática histórica. Mas esta não era uma seara do filólogo desde que se começara a desenvolver a pesquisa histórico-comparativa das línguas? Era e não deixava de ser no entendimento de Vasconcellos (1966, p. 8):

A *filologia* abrange pois:

História da língua (glotologia, glótica, linguística e seus ramos), com a estilística e a metrificação;

História literária:

1) *História da literatura* (em sentido amplo), com a crítica literária;

2) *Bibliografia*.

Faz-se aplicação prática da filologia, quando se edita criticamente, e se comenta, um texto. – Não se confunda *crítica literária* com *edição crítica*, pois esta só procura restituir à primitiva pureza um texto que se acha deturpado.

Não deixava de ser, porque, para Vasconcellos, a filologia abrangia toda a dimensão historiográfica que os estudos da linguagem ganharam desde os humanistas. Se bem que o filólogo continuava a ser um erudito, como nos tempos antigos, era agora mais especificamente um erudito no campo dos estudos da linguagem. O remate do capítulo exprime bem essa visão: “Nas minhas preleções entendo de ordinário por filologia portuguesa o estudo da nossa língua em toda a sua amplitude, no tempo e no espaço, e acessoriamente o da literatura, olhada sobre tudo como documento formal da mesma língua” (VASCONCELLOS, 1966, p. 9).

A mesma visão é compartilhada por Carolina Michaëlis de Vasconcelos nas suas *Lições de Filologia Portuguesa* (1976, p. 125-156). A mesma visão, porém, mais ardorosa, exaltando o significado da filologia por um discurso quase teológico:

Filologia é, portanto, etimologicamente: amor da ciência; o culto da erudição ou da sabedoria em geral. E em especial: o amor e culto das ciências do espírito (*Geisteswissenschaften*) – sobretudo da ciência da linguagem, do *verbo* ou do *logos* que é distintivo do homem – expressão do pensamento, manifestação da alma nacional, órgão da literatura e instrumento de nós todos, mas principalmente e sublimadamente dos letrados que, apesar de tudo quanto contra eles se tenha dito e se possa dizer, são poderosos obreiros de Deus. Sem eles, se ninguém assentasse o que presenciou, pensou e viu, não havia progresso nem civilização, torno a dizê-lo. (VASCONCELOS, 1976, p. 129-130)

Contudo, Michaëlis de Vasconcelos também teve de lidar com a progressiva consolidação da linguística. Diferentemente de Leite de Vasconcellos, ela dá notícia de que no momento em que tratava do assunto (curso do biênio 1912-1913) havia quem propugnasse a emancipação da linguística (ou glotologia) carregando consigo a língua enquanto objeto de estudo, de modo que o estudo filológico se restringisse à literatura em todas as suas dimensões. Vasconcelos reagiu em tom de conciliação:

No fundo, na essência, creio que, apesar da aparente divergência, estamos todos de acordo. A discussão é apenas de nomes, de palavras. A causa reside nas transformações por que a velha *filologia* – o estudo e culto, o amor e a ciência da linguagem – passou necessariamente, associando-se com ciências modernas, alargando quanto à língua o seu campo de investigações, obrigando praticamente ao desdobramento de disciplinas, como já deixei dito, por a totalidade do saber filológico não ser acessível a ninguém, ou somente a entidades muito privilegiadas. (VASCONCELOS, 1976, p. 152)

Quase coincidentemente, no biênio anterior ao do segundo curso de filologia portuguesa ministrado por Carolina Michaëlis na Universi-

dade de Coimbra, ou seja, 1910-1911, Ferdinand de Saussure ministrara o seu terceiro e derradeiro curso de linguística geral na Universidade de Genebra, cujo conteúdo, junto com os dos dois anteriores, foram coligidos por discípulos seus na forma de um livro “póstumo”, que é o *Curso de Linguística Geral*, publicado em 1916. Depois disso, nem a filologia nem a linguística foram as mesmas. (Cf. SALUM, 2006, p. XIII-XXII)

Saussure encarava a filologia apenas como uns estágios da história da linguística. Uns estágios porque distinguia a filologia como crítica, exegese e edição de textos escritos, que foi o segundo estágio dessa história, e a filologia como estudo histórico-comparativo (à qual chamou ambigualmente *filologia comparativa* ou *gramática comparada*), que foi o terceiro. O primeiro foi a gramática. Em que a linguística se diferenciava desses três estágios, que não tinham sido suplantados um pelo seguinte, mas que naquele momento coexistiam? Da gramática, em virtude do viés normativo desta, isto é, a tarefa de estabelecer o “certo” e o “errado” no uso da língua, o que afasta o necessário “desinteresse” para constituir-se como ciência. Da filologia, porque a língua não é o único objeto desta, posto que o labor crítico-exegético demanda que o filósofo aborde múltiplos objetos. Do comparatismo, por este não ir além da reconstrução de formas anteriores dos códigos comparados, não se ter ocupado de definir um objeto. (Cf. SAUSSURE, 2006, p. 7-12)

Com efeito, a definição do objeto é fundamental na epistemologia saussuriana e, por conseguinte, no desenvolvimento da linguística independente. Assim, para Saussure (2006, p. 13), a tarefa da linguística consiste em:

- a) fazer a descrição e a história de todas as línguas que puder abranger, o que quer dizer: fazer a história das famílias de línguas e reconstituir, na medida do possível, as línguas-mães de cada família;
- b) procurar as forças que estão em jogo, de modo permanente e universal, em todas as línguas e deduzir as leis gerais às quais se possam referir todos os fenômenos peculiares da história;
- c) delimitar-se e definir-se a si própria.

Observe-se que a primeira tarefa já era cumprida pela filologia como estudo histórico-comparativo das línguas. Forçoso era, então, erguer uma cercadura mais ostensiva para essa linguística independente, o que Saussure fez precisamente na forma da definição do objeto:

Por que não é esta [a linguística] ainda reconhecida como ciência autônoma, tendo, como qualquer outra, seu próprio objeto? É que rodamos em círculo; dum lado, nada mais adequado que a língua para fazer-nos compreender

a natureza do problema semiológico; mas para formulá-lo convenientemente, necessário se faz estudar a língua em si; ora, até agora a língua sempre foi abordada em função de outra coisa, sob outros pontos de vista. (SAUSSURE, 2006, p. 24-25)

Portanto, o estudo da língua une a filologia e a linguística, mas esta, ao contrário daquela, cinge-se ao estudo da língua em si, ou seja, a língua enquanto sistema de signos, diferente da linguagem (faculdade de produzir signos) e da fala (execução da língua), caracterizado por ter uma natureza psíquica, social, homogênea e que pode ser abstraído da complexidade do ato linguageiro. O “golpe de misericórdia” é dado em seguida: “Pode-se, a rigor, conservar o nome de linguística para cada uma dessas disciplinas e falar duma linguística da fala. Será, porém, necessário não confundi-la com a linguística propriamente dita, aquela cujo único objeto é a língua”. (SAUSSURE, 2006, p. 28)

Contudo, as consequências do corte epistemológico de Saussure não pararam aí. Esse sistema de signos é constituído por valores que são estabelecidos mediante uma relação de oposição entre eles, o que é discernível apenas em um dado momento da história de uma língua: “na perspectiva diacrônica, ocupamo-nos com fenômenos que não têm relação alguma com os sistemas, apesar de os condicionarem” (SAUSSURE, 2006, p. 101). Ainda que Saussure não tenha relativizado a análise diacrônica enquanto linguística, na prática a sentença de que a linguística “propriamente dita” é a que se ocupa exclusivamente da língua conferiu prioridade à análise sincrônica: “Após ter concedido um lugar bastante grande à história, a linguística voltará ao ponto de vista estático da gramática tradicional, mas com um espírito novo e com outros processos”. (SAUSSURE, 2006, p. 98)

O filólogo brasileiro Gladstone Chaves de Melo, na sua *Iniciação à Filologia e à Linguística Portuguesa* (1981, p. 3-11), aderiu de tal modo ao pensamento saussuriano que o primeiro capítulo dessa obra é praticamente um protesto contra os leigos, que desrespeitavam a natureza científica da filologia e da linguística e se intrometiam em assuntos da alçada delas sem o devido conhecimento:

Poucos são os que têm ideia nítida do caráter científico dos estudos linguísticos. Basta ver que frequentissimamente se pergunta a alguém tido por conhecedor da matéria: – “Qual é a sua *opinião* sobre tal ou tal ponto?” Note-se que ninguém pediria a um matemático ou a um físico a *opinião* sobre vetores, sobre cálculos trigonométricos ou sobre problemas de acústica. O curioso pergunta sempre a estes especialistas *como é* isto ou aquilo. (MELO, 1981, p. 3)

Não bastava, pois, que a filologia e a linguística fossem ciências; era preciso que o fossem à altura das ciências exatas, em que não havia nada de subjetivo: “E aí está um dos critérios para distinguir o antigo filólogo e hoje linguista: é a objetividade das asserções, fundadas em *factos* da língua quotidiana ou da língua escrita”. (MELO, 1981, p. 4)

Melo chama, ainda, a atenção para um elemento indispensável para o estudo filológico: o texto escrito. Pode-se fazer linguística a partir e/ou mediante textos escritos ou orais, mas não há filologia sem texto escrito. Daí distingui uma filologia *lato sensu*, como “o estudo *científico* de uma forma de língua atestada por documentos” (MELO, 1981, p. 7), e uma finalidade específica da filologia, que é “fixar, interpretar e comentar os textos” (MELO, 1981, p. 7). Por outro lado, a linguística não tem por objeto a “língua A ou B, mas o *fenômeno-língua*”. (MELO, 1981, p. 8)

O crescente prestígio da linguística nos estudos da linguagem é igualmente visível na *Gramática Histórica* do filólogo Ismael de Lima Coutinho (1976, p. 13-20), em que a própria gramática histórica aparece sujeita à linguística: “A gramática histórica não é uma ciência inteiramente autônoma, mas está subordinada à glotologia, em cujas conclusões deve basear os seus princípios; do mesmo modo, o papel do gramático se subordina ao do glotólogo” (COUTINHO, 1976, p. 14). Convém lembrar que, no começo do século, a linguística mesma era gramática histórica! E o que é a linguística para Coutinho? Quase aquilo que antes era a filologia: “a ciência que estuda a origem e o desenvolvimento da linguagem” (COUTINHO, 1976, p. 15). Isto comporta a consequência de reduzir de alguma maneira o campo da filologia, consequência que Coutinho assumiu ao definir a filologia como “a ciência que estuda a literatura de um povo ou de uma época e a língua que lhe serviu de instrumento” (COUTINHO, 1976, p. 16). Poder-se-ia cogitar que por *literatura* entendesse o conjunto de textos escritos em certa língua, mas fica bem claro que se refere às *Belles Lettres*, quando compara o filólogo ao jardineiro, que divisa as plantas com um olhar de crítica, e o linguista, ao naturalista, que olha para todas as plantas indistintamente.

Outro notável filólogo brasileiro, Silvio Elia, na sua *Preparação à Linguística Românica* (1979, p. 1-4), expôs de modo ainda mais claro essa tendência de inversão da relação entre a filologia e a linguística que se desenrolava desde o começo do século:

A relação entre a filologia e a linguística é a da parte para o todo. – A linguística – *Sprachwissenschaft* dos alemães – é o estudo das línguas em todos

os seus aspectos, inclusive o filológico. Historicamente, a filologia precedeu a linguística, mas hoje deve situar-se modestamente no quadro geral dos estudos linguísticos. Os estudos filológicos têm caráter “histórico”. Partem de línguas determinadas, documentadas através de textos e, depois de percorrerem um itinerário cultural, onde entram a história, a epigrafia, a literatura, voltam para o texto de onde saíram. (ELIA, 1979, p. 2)

Viu-se antes que, segundo as definições de Leite de Vasconcellos e Michaëlis de Vasconcelos, a linguística estava englobada na filologia; algumas décadas depois, Elia veio dizer expressamente o contrário: a filologia é uma parte e a linguística é o todo.

Mais recentemente, Rosa Virgínia Mattos e Silva (2008, p. 7-26) reexpôs um ponto de vista seu sobre a linguística histórica que veio defendendo desde fins dos anos oitenta e a partir do qual oferece um discernimento da questão bastante condizente com o estado dos estudos da linguagem nos últimos tempos. Para a filóloga-linguista baiana, é histórico todo estudo linguístico que lida com textos, que são necessariamente produzidos em certo espaço e em certo tempo, que constituem e são constituídos por dados datáveis e localizáveis. Precisa a autora que isto é o que ela entende por linguística histórica *lato sensu*, o que pressupõe uma linguística histórica *stricto sensu*, que é o que comumente se entende por linguística histórica: “a que se debruça sobre o que muda e como muda nas línguas ao longo do tempo em que tais línguas são usadas”. (MATOS E SILVA, 2008, p. 9)

Como fica a filologia pela visão de Matos e Silva? Em um lugar de alicerce:

A linguística histórica no sentido estrito depende, diretamente, da filologia, uma vez que tem como base de análise inscrições, manuscritos e textos impressos no passado, que, recuperados pelo trabalho filológico, tornam-se os *corpora* indispensáveis às análises das mudanças linguísticas de longa duração. (MATOS E SILVA, 2008, p. 10)

Sem texto não há nem filologia nem linguística histórica, mas entre um trabalho e o outro é o filológico que lapida a matéria-prima bruta, deixando-a em condições de outros se servirem dela para fins cuja consecução depende dessa lapidação prévia. Diga-se, portanto, mais ajustadamente: sem texto não há filologia e sem texto adequado não há linguística histórica.

Observe-se, ainda, que o pensamento de Matos e Silva diverge em outro ponto importante em relação aos autores resenhados antes: o filólogo não deve ocupar-se apenas dos textos que constituem as *Belles Let-*

tres, mas de “inscrições, manuscritos e textos impressos no passado” de um modo geral. Um consentimento com essa postura dos filólogos contemporâneos acha-se em Ximenes (2012b, p. 83):

[...] as gerações atuais [de filólogos] preenchem uma lacuna deixada pelos nossos antepassados, quando se voltam para os arquivos brasileiros, em busca de textos escritos nas antigas capitanias, nos quais são revelados dados mais longínquos de nossa história registrados no período colonial. A tônica não tem sido mais os textos literários, mas os de cunho oficial das várias instâncias da administração pública preservados nos arquivos públicos, nos cartórios, nos arquivos particulares, nas cúrias das igrejas e nos jornais mais antigos impressos em terras brasileiras.

Na verdade, esse filólogo, atuando em data tão próxima à produção do presente trabalho, demonstra, efetivamente, ter um olhar sobre o próprio ofício capaz de harmonizar a redução que o campo da filologia sofreu ao longo do século XX e a extensão original desse campo:

Uma das tarefas da filologia, diríamos, o seu papel principal, é o resgate da produção textual de uma época que possibilita conhecer a história da língua, as possíveis mudanças geradas pelas alterações sociais e, sobretudo, compreender todas as manifestações vividas por uma comunidade, expressas nas entrelinhas dos textos. (XIMENES, 2012a, p. 94)

A filologia pode ter-se reduzido ao que tem sido o seu núcleo desde o humanismo: a crítica, exegese e edição de textos escritos, mas o trabalho filológico continua a ter a mesma grandeza, pois esses textos, independentemente de serem os clássicos literários ou um mero papel de cartório, não são apenas testemunhos de como era o código linguístico em tal momento, mas são testemunhos de infinitos contextos, de incontáveis vivências humanas.

4. A língua, a filologia e a linguística

De minha parte, acrescento que uma diferença epistêmica entre a filologia e a linguística reside em como filólogos e linguistas encaram o objeto *língua*. Cumpre lembrar que a língua (*langue*) para Saussure é um sistema de signos estabelecidos negativamente. Recobrando uma tese antiga e pouco conhecida sobre a origem da linguagem, de Dante Alighieri no tratado *Sobre a Eloquência Vulgar*, a língua saussuriana assemelha-se bastante à *forma locutionis*, que, segundo Dante, Deus deu a Adão e que consistia em uma espécie de molde pelo qual o primeiro homem formou a primeira língua. Na esteira do supracitado Melo, chamaremos *língua-fenômeno* a essa visão da língua. (Cf. ECO, 2002, p. 55-75)

É consabido que tal visão foi herdada por toda a linguística formalista (estruturalismo e gerativismo). Menos evidente é a sua perpetuação nas reações epistemológicas ao formalismo. Com efeito, se bem a consolidação do funcionalismo não deixou de provocar uma reviravolta dentro dos estudos linguísticos, fato é que nessa corrente a língua continuou a ser a língua-fenômeno: “O enfoque funcionalista considera princípio fundamental subordinar *o estudo do sistema linguístico* ao uso” (PEZATTI, 2011, p. 169, grifo nosso). O funcionalismo derrubou o muro entre a linguística “propriamente dita” e a linguística à qual se permitia que tomasse a licença de se nomear “linguística”, isto é, respectivamente entre a linguística da língua e a linguística da fala, mas a concepção de língua permanece a de uma *forma locutionis*.

Na verdade, mesmo quando se examinam as abordagens das “subáreas hifenizadas” (sociolinguística, psicolinguística, neurolinguística), que levam a interdisciplinaridade marcada no próprio nome, ainda se acha a língua-fenômeno. Diz Alkmim (2011, p. 33, grifo nosso) sobre a primeira: “Língua e variação são inseparáveis: a sociolinguística encara a diversidade linguística não como um problema, mas como uma qualidade constitutiva do *fenômeno linguístico*”. Refere-se a palavra *língua* aí a uma língua? Não, trata-se sem dúvida do sistema, estudado não mais na sua imanência, mas no seu devir:

As mudanças ocorridas em relação às concepções de língua (não mais vista como um sistema virtual, mas como *um sistema atual*, em uso efetivo em contextos comunicativos), às concepções de texto (não mais visto como um produto, mas como um processo), e em relação aos objetivos a serem alcançados (a análise e a explicação da unidade texto em funcionamento ao invés da análise e explicação da unidade formal, abstrata), fizeram com que se passasse a compreender a linguística de texto como uma disciplina essencialmente interdisciplinar, em função das diferentes perspectivas que abrange e dos interesses que a movem. (BENTES, 2011, p. 252, grifo nosso)

Aproveito o embalo de estar falando da sociolinguística e emendo-lhe outro exemplo – o da linguística textual – de como essa visão da língua como uma “máquina de códigos” atravessou a barreira disciplinar da linguística estrita. Por imposição das abordagens, isso fica ainda mais patente nos casos da psicolinguística, “com seu foco na interação entre *as estruturas linguísticas* e o processamento mental” (BALIEIRO Jr., 2011, p. 181, grifo nosso), e da neurolinguística, “tradicionalmente voltada para *as formas linguísticas* (isto é, para *o sistema*, suas regras e normas, seus constituintes e organização) e, portanto, para uma certa linguística”. (MORATO, 2011, p. 167, grifo nosso)

De outro lado, na filologia a língua é aquela à qual Coseriu (1979, p. 45-55) chamou *língua histórica*: um objeto ideal que conjuga vários sistemas linguísticos no tempo e no espaço e que é reconhecido como tal pelos seus usuários por amor de uma coesão estrutural e histórica. Laconicamente, diz ele que é um “advérbio substantivado”: é, por exemplo, a *língua portuguesa*, assim definida a partir do que a comunidade utente entende por *falar português*.

Seja quando se faz filologia como crítica, exegese e edição de um texto escrito, seja quando se faz um estudo histórico-comparativo, não está em tela a língua, mas sim *uma* língua. Quando o filólogo edita um texto escrito, uma pergunta que o trabalho tem de procurar responder é qual é a situação do texto no conjunto temporal e espacial coerido pela língua histórica. Quando historiografa uma língua ou uma família de línguas, já está dito: trata exatamente de evidenciar a coesão estrutural e social que assenta uma língua histórica ou um grupo de línguas históricas.

Curiosamente, Camacho (2011, p. 49), discorrendo sobre o fazer sociolinguístico, oferece ao seu leitor o vislumbre de um campo em que a língua também não é a língua-fenômeno, mas uma língua histórica:

Uma das áreas de estudos lida com fatores sociais em grande escala, associados à linguagem, como decadência e assimilação de línguas minoritárias, desenvolvimento de bilinguismo em nações socialmente complexas, planejamento linguístico em nações emergentes. Esse tipo de enfoque, comumente denominado *sociologia da linguagem*, é, na realidade, um ramo das ciências sociais, na medida em que encara os sistemas linguísticos como instrumentais em relação às instituições sociais.

É verdadeiramente um vislumbre porque o autor se apressa em delimitar o campo fora das fronteiras disciplinares da linguística, de modo que a episteme do objeto *língua-fenômeno* fica salvaguardada. Dentro dos estudos da linguagem, se se querem evocar campos em que o peso da língua-fenômeno é mais leve, então é preciso mais “ousadia epistêmica”, indo até a semântica, a pragmática e a análise do discurso, porque nesses três campos, mais que a língua-fenômeno, o objeto é a linguagem: “Que a heterogeneidade [teórico-metodológica] pode tornar as coisas mais complicadas para aqueles que querem fazer semântica é certo, mas ela pode também ajudar a ver que talvez a linguagem seja de fato um objeto muito complexo” (OLIVEIRA, 2011, p. 43). De modo especial, a pragmática, embora estritamente seja a “ciência do uso linguístico”, possui uma abertura disciplinar que pode dar perfeitamente cabida à reflexão sobre as línguas históricas:

Para pragmatistas que se dedicam a levantar problemas teóricos do estudo da linguagem, questões sobre o papel da linguagem na formação do sujeito, sobre a noção de unicidade e identidade linguísticas, sobre a imprevisibilidade e a criatividade como propriedades linguísticas, sobre a própria condição do fazer teórico linguístico não podem mais ficar relegadas ao plano das especulações. (PINTO, 2011, p. 66)

5. Conclusão

Ao longo deste artigo, busquei traçar como os estudos da linguagem se desenvolveram no Ocidente até o século XIX e, daí, como a filologia e a linguística têm compartilhado e dividido esse espaço segundo os olhares de filólogos portugueses e brasileiros. Convém, ainda, lembrar que no momento em que os estudiosos da linguagem começaram a pleitear um lugar entre os cientistas, o fazer filológico consistia, em grandes linhas, nos labores da crítica textual e da ecdótica. Entretanto, sendo este um fazer pouco disciplinado, no sentido em que, mesmo se valendo da mecânica lachmanniana, o juízo do filólogo continuava a guardar relevância, e pouco disciplinar, no sentido em que era preciso transitar por searas várias do conhecimento para alcançar a edição rigorosa, enquadrava-se bastante mal dentro das condições, cada vez melhor estabelecidas, para cancelar dado conhecimento como ciência.

A primeira condição que o estudioso da linguagem teve de cumprir para se converter em cientista foi afastar-se da vida. Quero dizer que o filólogo teve de abandonar o estudo da linguagem na vida, mais precisamente em textos escritos por alguém em certo lugar e em certo tempo, para estudá-la como se estivesse dentro de um laboratório, longe de qualquer “contaminação”. Em outras palavras, imiscuído de vida como estava, o filólogo devia abstrair o seu objeto de estudo.

No fundo, os filólogos precisaram acomodar-se à condição de as ciências modernas serem álgebras. Pela Álgebra (singular e maiúscula), toma-se dado objeto e chega-se à sua estrutura e ao seu funcionamento. Fazer ciência é partir, medir, contar para descobrir relações e, enfim, classificar. Seja uma roda, um animal, uma planta, uma sociedade ou uma língua, tudo tem uma estrutura, que permite um funcionamento, o quais é dever da ciência descobrir.

Mas, no caso dos estudos da linguagem, já não havia a gramática a lidar com as leis da língua? Por que, então, forjar uma ciência da linguagem como se não houvesse uma? Sim, sem dúvida a gramática con-

sistia, como consiste ainda, em um estudo de leis. Todavia, era e é um estudo de leis a serviço do uso; é verdade que do uso julgado certo, mas, mesmo assim, dum uso. Neste sentido, a gramática permaneceu e permanece fiel à definição de Dionísio Trácio: uma *εμπειρία* ou conhecimento prático. Portanto, não servia como ciência; não possuía o necessário desinteresse para tal.

Tão longe assim das vidas dos homens, sem os quais não existem, as línguas só podiam converter-se, aos olhos e pelas mãos dos novos cientistas da linguagem, em entes da natureza. Por aqui, o filólogo alcança a perfeição do cumprimento de outra condição para ser cientista, já enunciada rapidamente: o desinteresse. Diferentemente de um sacerdote cristão, que tem a obrigação de zelar pela sanidade das almas, o cientista moderno é um sacerdote que não se envolve – ao menos não enquanto cientista – com os problemas que afligem o homem (ele não é filósofo) ou o cidadão (ele não é político), gerados pelo próprio homem e pelo próprio cidadão. O problema é desanuviar a escuridão da realidade que esconde a estrutura e o funcionamento da mundo-máquina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BALIEIRO Jr., Ari Pedro. Psicolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2, p. 171-202.

BASSETTO, Bruno Fregni. *Elementos de filologia românica*. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2005.

CAMACHO, Roberto Gomes. Sociolinguística (Parte II). In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 1, p. 49-78.

CAMBRAIA, César Nardelli. *Introdução à crítica textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

COSERIU, Eugenio. *Sincronia, diacronia e história: o problema da mudança linguística*. Rio de Janeiro: Presença, 1979.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1976.

DUBOIS, Jean et alii. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix,

2006.

ECO, Umberto. *A busca da língua perfeita*. 2. ed. Bauru: Edusc, 2002.

ELIA, Silvio. *Preparação à linguística românica*. 3. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

MATTOS E SILVA, Rosa Virgínia. *Caminhos da linguística histórica: ouvir o inaudível*. São Paulo: Parábola, 2008.

MELO, Gladstone Chaves de. *Iniciação à filologia e à linguística portuguesa*. 6. ed. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1981.

MORATO, Edwiges. Neurolinguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2, p. 143-170.

NEVES, Maria Helena de Moura. *A vertente grega da gramática tradicional: uma visão do pensamento grego sobre a linguagem*. 2. ed. São Paulo: UNESP, 2005.

OLIVEIRA, Roberta Pires de. Semântica. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2, p. 17-46.

PEZATTI, Erotilde Goreti. O funcionalismo em linguística. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos*. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 3.

PINTO, Joana Plaza. Pragmática. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Ana Christina. (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011, vol. 2, p. 47-68.

ROBINS, Robert H. *Pequena história da linguística*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1979.

SALUM, Isaac Nicolau. Prefácio à edição brasileira. In: SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

VASCONCELLOS, José Leite de. *Lições de filologia portuguesa*. 4. ed. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, 1966.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

VASCONCELOS, Carolina Michaëlis de. *Lições de filologia portuguesa*. Lisboa: Dinalivro, 1976.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. São Paulo: Parábola, 2002.

XIMENES, Expedito Eloísio. Filologia: Uma ciência antiga e uma polêmica eterna. *Revista Philologus*, Rio de Janeiro, vol. 18, n. 52, p. 93-115, jan.-abr. 2012 e n. 53, p. 74-91, maio-ago. 2012. Disponível em:

<<http://www.filologia.org.br/revista/52/07.pdf>> e em:

<<http://www.filologia.org.br/revista/53/07.pdf>>.